

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



NARRATIVAS DE ADOLESCENTES INDÍGENAS SOBRE ABUSO SEXUAL, SIDROLÂNDIA, MS

Josinei Vieira Machado¹
(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Léia Teixeira Lacerda²
(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Introdução

Este trabalho está vinculado ao Programa de Ensino de Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e tem como tema: histórias de vida de mulheres e de adolescentes sobre as relações de gênero. Na população indígena encontramos histórias interessantes no que tange a cultura dos povos, mas pouco se fala sobre as questões de violência sexual no seio familiar. Portanto a escolha desse público nos leva a outro ponto desta discussão, onde poderemos contribuir para o debate dos direitos humanos e das mulheres.

O trabalho será desenvolvido com a etnia Terena, pois para sabermos sobre a vida passada desse povo, é muito importante ouvir os relatos orais. A tradição oral revela os momentos mais significativos da história desse grupo indígena. O Estado de Mato Grosso do Sul possui o segundo maior número de pessoas indígenas.

Assim, essa proposta visa também apresentar as dificuldades de aprendizagem e de socialização vividas em diferentes espaços sociais, notadamente na escola em que as participantes da proposta estão matriculadas e/ou frequentaram, evidenciando as vozes de

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande. E-mail: josineivieira@yahoo.com.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande. E-mail: leiatlacerda@gmail.com

meninas e mulheres sobre suas vivências estabelecidas nas relações de gênero nas famílias, na escola, bem como diferentes espaços sociais, no que diz respeito à violência em seus diversos aspectos de abrangência, que muitas vezes não são reveladas e pode levar a um grande desgaste emocional e psicológico para essas meninas e mulheres.

Rubin (1992) afirma que as pessoas precisam falar sobre as questões sexuais, a fim de aliviar suas preocupações, principalmente quando estão em situações de conflito interior. Essas discussões sobre o comportamento sexual muitas vezes são segundo Rubin (1992, p. 2):

[...]meios de esquivar-se de preocupações sociais e descarregar as tensões sociais que as acompanham. Assim sendo, a sexualidade devia ser tratada com especial cuidado em tempos de grande stress social.

Assim, desvelar essas histórias de vidas de meninas e mulheres contribui para a não violação de direitos uma vez que vítimas da violência sexual terminam, frequentemente, isoladas e invisibilizadas, distantes de seus direitos constitucionais de proteção à saúde e acesso à justiça. Parte da resistência em revelar o ocorrido também se deve à baixa expectativa da vítima com os resultados da Justiça. Além de temer a condução do interrogatório policial e do exame pericial, tendo em vista que há o constrangimento em confrontar o agressor no tribunal e o risco de ter sua história desqualificada ou desacreditada.

Percurso Investigativo

Proponho inicialmente atividades de cunho educativo que permita a reflexão, sensibilização das participantes e que possibilite uma futura pesquisa descritiva em forma de entrevista, onde serão relatadas as narrativas das meninas e mulheres que estão matriculadas e/ou frequentaram uma escola pública do Estado de Mato Grosso do Sul na cidade de Sidrolândia, quanto aos fatos ocorridos e as dificuldades de aprendizado que enfrentam e/ou enfrentaram no ambiente escolar.

O questionário da entrevista será elaborado de forma que proporcione uma maior possibilidade de coleta de dados, para que se permita a plena discussão e interpretação de como esses casos afetam o desenvolvimento escolar e individual das estudantes. Como destaca Pimenta (2006, p. 82 e 83):

[...] na condição de pesquisador, tentamos nos basear mais nos relatos dos sujeitos quando falam de suas experiências intuitivamente (interpretativo). ... Tentamos, principalmente durante as sessões de entrevistas, deixar que os

entrevistados falassem naturalmente de suas ideias, sem intervir na condição de investigador (empírico). ... Por outro lado, tivemos a preocupação em deixar que a forma de falar dos sujeitos permanecesse original às palavras ouvidas ... tentamos descobrir e selecionar aspectos relacionados ao roteiro que criamos, procurando entender o processo pelo qual passam ditos sujeitos (empírico).

A interpretação dessas entrevistas será feita de forma adequada aos relatos, pois as narrativas permitirão uma maior compreensão dessas histórias de vida no que se refere a capacidade de superação ou não de vivências tão complexas pelas meninas e as mulheres Terena.

Ao final das narrativas proponho uma devolutiva desse trabalho para as meninas e mulheres que participaram, para que tomem conhecimento do material produzido, podendo assim permitir ou não a divulgação do material para a comunidade indígena e não indígena, em forma de Seminários, Workshops e Oficinas. A pesquisas têm uma abordagem interacional, na qual procura-se considerar todas as relações entre os diferentes fatores pertinentes às ações educacionais: estudantes, professor, conhecimento, situação, contexto.

Resultados esperados

A situação de vulnerabilidade a que adolescentes meninas e mulheres estão submetidos em seu cotidiano, podem deixar marcas profundas, comprometendo sua integridade, sua autoestima, sua capacidade de confiança. No Brasil em 2014, foram registradas 91.342 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes pelo Disque 100, que é um serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), destinado a receber denúncias relativas a violações de direitos humanos, não só de crianças e adolescentes. Cerca de 70% das vítimas de violência sexual no país são crianças e adolescentes de até 17 anos de idade, afirma pesquisa divulgada em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em 2015, foram registrados 9 casos de violências sexuais praticadas contra indígenas, destes 03 (três) foram no Mato Grosso do Sul, segundo dados de 2015, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Episódios de desnutrição infantil e suicídio envolvendo indígenas no Mato Grosso do Sul são comumente divulgados país afora, mas raros são os registros mais detalhados acerca de outros casos como o abuso e a exploração sexual. Entre os diversos dados que mostram o acirramento da violência contra os povos

indígenas no Brasil, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) revelou também que 63% dos registros de violência sexual nos anos de 2006 e 2007 se deram no Mato Grosso do Sul.

Destes casos contabilizados no estado dois terços foram cometidos contra crianças e adolescentes. Como outras vulnerabilidades que são apresentados cotidianamente na mídia impressa e on-line, a exploração e o abuso sexual são fenômenos multifacetados, pois não estão ligados somente a situações de pobreza extrema e exclusão social, mas também a fatores como as relações de poder exercidas pelos adultos sobre os adolescentes e por homens sobre mulheres, o uso da violência como forma de disciplina, a submissão de crianças e adolescentes como objetos da manipulação dos mais velhos. A partir deste trabalho esperamos registrar as histórias de vida de meninas e mulheres indígenas e promover a valorização da vida dessas indígenas, a fim de desconstruir o machismo e encorajá-las para fazerem o registro desse crime e também contribuir para a formação escolar e cidadã.

Considerações Finais

Atualmente a busca de soluções para os problemas enfrentados pelas meninas e mulheres é uma constante preocupação do Ministério Público que vê a necessidade de se buscar novas alternativas para o combate dessa agressão física e psicológica. Para tanto é necessário fomentar a discussão sobre o assunto em todos os espaços da sociedade e dar segurança a vítima, garantindo que ela possa ter uma vida relativamente normal, saudável e feliz, após essa experiência.

A escola deve atuar como um espaço de proteção a crianças e adolescentes vítimas de abuso e o educador pode quebrar esse ciclo de violência, tornando a escola um ambiente de prevenção, identificação e prevenção do abuso sexual.

Essa pesquisa busca um rendimento escolar mais expressivo, diminuindo os casos de automutilação, tentativas e suicídios de fato. Aos poucos se estrutura uma nova mentalidade diante da importância de um enfoque adequado a esta situação, sendo cada vez mais clara a necessidade de se criar e debater na escola ações e políticas públicas que possam interferir para mudar este cenário.

Referências

BITTENCOURT, C. M. e LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena**. Brasília : MEC, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL, IBGE. **Os indígenas no censo demográfico, 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 Mai. 2018.

CIMI. **Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015.** Disponível em:<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf>. Acesso em: 27/05/2018.

GATTI, B. A. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios.** RBPAE - v. 28, n. 1, p. 13- 34, jan/abr. 2012

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22050&catid=4&Itemid=2>. Acesso em: 27/05/2018.

MDH. **Ministério de Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>>. Acesso em: 27/05/2018.

PIMENTA, S. G. (org.). **Pesquisa em Educação: Alternativas Investigativas com Objetos Complexos.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

POIRIER, M. P. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância.** – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

RIBEIRO, B. G. **O índio na história do Brasil.** São Paulo: Global Ed., 1983.

RUBIN, G. S. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.** Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos da Criança.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/media_22244.html>. Acesso em: 08/05/2018.